

## SIMPÓSIO AT069

### ASPECTOS GERAIS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA

CIRÍACO, Maria Inês Francisca

UPM - Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo/Brasil)

[minesciriaco@gmail.com](mailto:minesciriaco@gmail.com)

**Resumo:** O objetivo deste texto é apresentar breve estudo sobre a história da África de colonização Portuguesa, observando aspectos gerais dessa colonização, e assim compreendermos melhor a complexa rede de relações que se estabeleceu nos espaços ocupados. A relação entre África e Portugal teve início com as Grandes Navegações, no século XV, na busca por novas rotas para as Índias, quando os portugueses foram levados em outras direções, descobrindo regiões na África, América e Ásia. Atentaremos para informações sobre o domínio europeu na África, desde o Século XV, passando pela ditadura salazarista, em Portugal, de 1926 a 1975. A colonização portuguesa, em todos os países, foi um processo doloroso, marcado, em princípio, pela exploração das riquezas, a imposição da cultura e da língua portuguesa e, posteriormente, pelo comércio de escravos, com exceção das ilhas de Cabo Verde, que eram despovoadas e, portanto, cuja ocupação se deu de modo diferente. Trataremos, também, dos movimentos de luta e das guerras de libertação que culminaram com a independência dos países colonizados, em 1975. Para tanto, recorreremos a Henriques (2000), Page (2009), Martins (1993) e Malowist (2010). Esses autores nos conduziram a outros tantos autores/intelectuais historiadores de extrema importância para o entendimento dessa história da colonização e descolonização portuguesa em diferentes países da África.

**Palavras-chave:** África; Colonização Portuguesa; Guerras de Libertação; Independência.

**Abstract:** The objective of this text is to present a brief study on the history of Africa of Portuguese colonization, observing general aspects of this colonization, and thus to better understand the complex network of relationships established in the occupied spaces. The relationship between Africa and Portugal began with the Great Navigations in the fifteenth century in the search for new routes to the Indies, when the Portuguese were taken in other directions, discovering regions in Africa, America and Asia. We will look at information on the European domain in Africa, from the fifteenth century, through the Salazar dictatorship, in Portugal, from 1926 to 1975. Portuguese colonization in all countries was a painful process, marked in principle by the exploitation of riches, the imposition of Portuguese culture and language, and later by the slave trade, with the exception of the Cape Verde islands, which were depopulated and therefore occupied differently. We will also address the struggles and liberation wars that culminated in the independence of the colonized countries in 1975. For this, we turn to Henriques (2000), Page (2009), Martins (1993) and Malowist (2010). These authors have led us to other authors/intellectuals historians of extreme importance for the understanding of this history of Portuguese colonization and decolonization in different countries of Africa.

**Keywords:** Africa; Portuguese Colonization; Liberation Wars; Independence.

## Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar breve estudo sobre a história da África de colonização Portuguesa, no sentido de compreendermos melhor a complexa rede de relações que se estabeleceu naquele espaço, a partir da dominação europeia, bem como as consequências desse processo no desenvolvimento das populações subjugadas.

Exporemos, ainda que rapidamente, o processo de ocupação e dominação da África, assim como aspectos da ditadura Salazarista, chegando à Revolução dos Cravos e a alguns dos movimentos que levaram à independência dos países africanos sob domínio português.

### 1. A expansão portuguesa pela África

A relação entre África e Portugal teve início com as Grandes Navegações, no século XV, na busca por novas rotas para as Índias, quando os portugueses foram levados em outras direções, descobrindo regiões na África, América e Ásia. Esse período marcou a expansão marítima pelo continente africano e a ocupação de alguns de seus territórios, num movimento que durou até o século XIX.

Os portugueses se fixaram, principalmente, em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Anos mais tarde, com a descoberta das terras brasileiras, abundantes em riquezas, Portugal centrou seus esforços em explorar essas terras e traficar escravos da África, negócios que enriqueceram, cada vez mais, a coroa portuguesa.

Embora cada uma das regiões ocupadas por Portugal, tenha sua própria história, a colonização, em todos os países, foi um processo doloroso, marcado, em princípio, pela exploração das riquezas, a imposição da cultura e da língua portuguesa e, posteriormente, pelo comércio de escravos, com exceção das ilhas de Cabo Verde, que eram despovoadas e, portanto, cuja ocupação se deu de modo diferente.

Por volta de 1485, foi introduzido em São Tomé, por D. João II, o sistema de capitanias. A ilha do Príncipe, somente em 1500 é que recebeu foral semelhante ao de São Tomé (HENRIQUES, 2000). Guiné-Bissau tornou-se colônia de Portugal no século XV, constituída por cerca de 20 etnias. Descoberta entre 1482 e 1486 Angola foi um dos países da África subsaariana que sofreu a

bruta colonização, compôs o território ultramarino português mais extenso, depois do Brasil.

Vasco Da Gama alcançou a Ilha de Moçambique em 1498. No entanto, foram expulsos da Ilha, seguiram viagem pela costa da África Oriental até Mombaça onde encontraram cristãos. Somente depois que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, em 1500, e seguiu em direção a Índia, aportou na ilha de Moçambique, e enviou Sancho de Tovar para explorar a região de *Sofala*, é que Moçambique tornou-se “... o fulcro duma vasta colonização e a terra do ouro das riquezas tão celebradas” (MARTINS, 1933, p. 243).

Segundo o historiador Marian Malowist (2010), desde 1450 a Europa iniciou um intenso desenvolvimento econômico, político e cultural. A partir de 1500 até 1800, com a expansão marítima e o comércio no atlântico, dominou o comércio mundial através das relações entre África, América e Europa.

O movimento de expansão além-mar atingiu duramente a costa africana. Na África Ocidental, Portugal mantinha certo controle sobre os parceiros comerciais, mas numa convivência relativamente pacífica, ao contrário da África Oriental, que dominou com força e violência as regiões de Sofala, Mombaça e cidades costeiras, onde se estabeleceram e cobravam impostos para a Coroa portuguesa.

Portugal investiu muito alto, arriscou e obteve lucros exorbitantes, passou a cunhar a própria moeda, reforçou a frota marítima, conquistou muito mais e desenvolveu uma administração nas colônias africanas.

Entretanto, com o crescimento europeu, surgiram outros problemas, e, para manter a exploração e o comércio de produtos, estabeleceu acordo com a Espanha em que dividem o mundo em duas partes, com o Tratado de Alcáçovas (1479/1481)<sup>1</sup>. Essa divisão passou a ser denominada o paralelo das Canárias, e o Tratado de Tordesilhas (1494)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Tratado de Alcáçovas, realizado em 1479, entre os Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernando de Castela e Aragão e o rei Afonso V de Portugal e seu filho João, que pôs fim à Guerra de sucessão de Castela.

<sup>2</sup> Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, pelo reino de Portugal – João II de Portugal, e pelo reino de Espanha – Fernando II de Aragão, dividindo entre os dois as terras descobertas e por descobrir, fora da Europa.

Essa condição levou Portugal ao endividamento com financiadores, entre eles banqueiros italianos e alemães. Situação que conduziu a Coroa portuguesa à crescente dependência financeira desses banqueiros.

Aproximadamente em 1525, a situação portuguesa na África já se apresentava um pouco mais complexa. Sem meios financeiros e atrelados à regulamentação do comércio exterior, a administração portuguesa nas colônias, não conseguia se adaptar às mudanças constantes. Foi esse um período marcado por grandes conflitos.

Ainda que Portugal tenha se voltado para África com interesse no ouro, em meados do século XVI, sem alternativas, abre os portos do Atlântico, sob seu controle, para as nações europeias. Com a escassez do ouro e o enfraquecimento da região costeira, voltou-se para a tráfico humano, principalmente no sudoeste da África, que se intensificou no século XVII. Os escravos foram enviados principalmente para a Europa, Estados Unidos e Brasil.

No século XVIII, a demanda por escravos era tão grande que tiveram que adentrar no interior das terras para consegui-los. Segundo P. D. Curtin (apud Malowist, 2010, p. 16-17), “atingindo 6 milhões, no século XVIII”.

Ao mesmo tempo, surgiu no século XIX, sob a influência do Iluminismo, o movimento abolicionista, era o começo do declínio econômico para muitas nações na Europa, na África e nas Américas. Portugal insistia na escravização, mesmo depois da abolição legal na África em 1850.

## **2. Portugal e as colônias da África: da Ditadura à revolução dos Cravos**

Com a independência do Brasil, em 1822, o Império Português voltou novamente às suas colônias, que foram expandidas com a *Partilha de África* decorrente da *Conferência de Berlim*, no final do século XIX, e também Timor-Leste e enclaves na Índia e na China (Macau). Mas agora, travando lutas com outros colonizadores europeus, conseguindo manter apenas as colônias de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, das quais, já na metade do século XX, provinha grande parte dos dividendos de Portugal, a custas do sofrimento e espoliação dessas populações.

A Primeira Guerra Mundial marcou outro importante momento de Portugal. Teve início as divergências políticas, dividindo, cada vez mais, opiniões

acerca da participação de Portugal, no conflito. A Grande Guerra firmou, assim, os destinos da Primeira República Portuguesa, a partir de 1914.

Com o passar do tempo e os reflexos da Guerra, Portugal mergulhou num caos. A situação que já era crítica, tornou-se insuportável, culminando com o *Golpe de 1926* que, fomentado pelas Forças Armadas, estabeleceu em Portugal a *Ditadura Militar*, da mesma forma que em outros países europeus.

Foi em meio a esse turbilhão de acontecimentos que, em 1928, elegeram o presidente Óscar Carmona e nomearam António Oliveira Salazar, como ministro das Finanças, atribuindo-lhe a pasta das Colônias. Austeramente, reorganizou as finanças do país e estabeleceu sua política colonial, propondo o *Acto Colonial*<sup>3</sup>, a partir do qual foi possível prever o que estaria por vir.

Salazar adquiriu poder e prestígio, sendo nomeado, em 1933, Presidente do Conselho. A partir de então, preparou uma *Nova Constituição*, promulgada, em abril do mesmo ano, pondo fim à *Ditadura Militar* e estabelecendo outra ditadura, designada *Estado Novo*, e que durou 48 anos, também denominado ‘salazarismo’, tamanha a influência de Salazar sobre a sociedade portuguesa.

O Estado Novo foi um período bastante conturbado, em que os partidos foram abolidos, surgindo, assim, a ‘União Nacional’, que legitimava a ditadura instalada. Muitos embates se sucederam, na tentativa de acabar com a ditadura, o que levou Salazar a criar organismos de Defesa do Estado.

Em junho de 1933, Oliveira Salazar, em seu discurso na I Conferência de Governadores, afirmou serem as colônias portuguesas, parte do território português, e, portanto, “com o mesmo critério de nação, agregado social diferenciado, independente, soberano, estatuinto, como entende, a divisão e organização do seu território, sem distinções de situação geográfica, que nós consideramos, administramos, dirigimos as colônias portuguesas [...]” (Antologia Colonial Portuguesa, 1956, p. 331).

No entanto, por mais que Salazar tentasse passar a ideia de que tudo decorria em perfeita harmonia, a realidade mostrou-se perturbadora.

---

<sup>3</sup> [...] aprovado pelo Decreto nº 18.570 de 8 de Julho de 1930, foi, no fundo, o primeiro grande instrumento ideológico que marcou a política rectilínea ultramarina, sem desvio ao longo da sua governação: maior centralismo no Governo Nacional, agravamento das situações de discriminação, exploração e dominação a que a população indígena das colônias estava sujeita. Disponível em: [www.cart1524.com/gouveia/estado.pdf](http://www.cart1524.com/gouveia/estado.pdf). Acesso em 25/04/2014.

Tem início em 1934 as grandes manifestações contra Salazar, inclusive por parte de oficiais do exército, mas foi tudo em vão deixando-o apenas mais determinado a manter-se no poder. A essa altura, Salazar parecia inatingível e, até com a deflagração da II Guerra Mundial, da qual tentou desvincular seus ideais, conseguiu fortalecer sua base de apoio.

Ainda assim, com o fim da Guerra, ficou claro o apoio do povo português aos ingleses, e o anseio pelo fim do regime salazarista. Ciente dessa oposição, Salazar endureceu sua postura de mobilização e opressão a todos que, de alguma forma, se opunham à sua governança.

Mesmo com a repressão e sofrendo derrotas, o Movimento de Unidade Democrática continuou lutando contra os desmandos da administração. Não conseguiram a realização de eleições livres e Salazar convocou, em 1952, eleições gerais, elegendo Henrique Galvão, um de seus protegidos que, foi nomeado “inspetor superior da Administração Colonial” (PAGE, 2010, p. 274).

Ao visitar Angola e Moçambique Henrique Galvão constatou uma situação exatamente contrária ao que apresentava Salazar. Decepcionado, e frente a situação lastimável a que estavam submetidas aquelas populações, transformou-se no mais forte opositor a Salazar. Preso pela polícia política, adoeceu, foi hospitalizado, conseguiu fugir e sua luta tomou força.

Diante dessa situação, e sem o apoio que esperava dos países amigos, contra Henrique Galvão, o poder de Salazar começou a estremecer. Diversos acontecimentos se sucederam, mudando os rumos do Estado Novo, provocando, ainda mais, a ira de Oliveira Salazar e a repressão cruel da polícia política, seu grande sustentáculo, mas, que não duraria muito mais.

A chamada Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar, teve início em 1961 e estendeu-se, até 1969, com o fortalecimento dos movimentos pela independência dos territórios ultramarinos. A luta armada contra o domínio português teve seu ponto de partida em Angola, em fevereiro de 1961, com o Movimento Popular e Libertação de Angola (MPLA), e com a União das Populações de Angola (UPA), a qual lutou com o exército português oito meses.

Nessa altura dos acontecimentos, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), criada por iniciativa do MPLA, o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e da Liga de Goa, reuniu-se em Casablanca (Marrocos), com o objetivo de

coordenar os esforços dos movimentos nacionalistas e estabelecer os meios efetivos para a luta contra o colonialismo português.

Os resultados dessa organização, logo apareceram, a Fortaleza de Ajudá, passou para o atual Benim, primeiro território ultramarino a sair do domínio de Portugal, no século XX; ocorreu a invasão de Goa, Damão e Diu pelo exército indiano, marcando o fim do domínio português, na Índia.

Diante da intransigência do regime português, a luta armada alcançou a Guiné-Bissau, com um ataque do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ao quartel de Tite, no sul do país. No início de 1964, as tropas portuguesas tentaram recuperar seus domínios e a *Ilha de Como* tornou-se um dos símbolos da luta do PAIGC, numa batalha que durou 72 dias, com vitória dos guerrilheiros. Nesse ponto a luta armada se intensificou nas demais colônias.

Ainda em 1964, foi concebida, em Genebra, a Ação Socialista Popular (ASP), elegeram Mário Soares como secretário-geral. A PIDE continuava atuando, com muita firmeza. Assassinaram o general Humberto Delgado, que regressou, clandestinamente a Portugal, com a intenção de planejar um novo golpe, contra o regime de Salazar.

Com a propagação da guerra, órgãos da Organização da Nações Unidas (ONU) reconheceram a legitimidade das lutas de libertação nacional, e tentaram bloquear o fornecimento de armas a Portugal, por parte dos Estados membro.

Sentindo os efeitos da pressão que vinha sofrendo, de todos os lados, após os confrontos em Macau entre o Exército português e manifestantes apoiados pelo Governo da República Popular da China, Salazar cedeu e aceitou as reivindicações de Pequim, libertando todos os presos políticos, e proibindo, no território, atividades do Governo de Taiwan, reconhecendo a soberania chinesa.

Já em 1968, Salazar, aos 79 anos, sofreu um acidente e, doente, foi afastado do Governo, vindo a falecer em 1970. Em seu lugar, assumiu Marcelo Caetano, antigo ministro das Colônias e fiel aos princípios do Estado Novo. Surgiu a esperança de uma possível solução para a Guerra nas Colônias, mas não houve mudanças significativas.

Em fevereiro do ano seguinte, foi assassinado na Tanzânia, Eduardo Mondlane, um dos fundadores da FRELIMO. Embora sua morte nunca tenha

sido esclarecida, acreditava-se em mais um ato da PIDE, que passou a se chamar Direção Geral de Segurança (DGS).

A Ação Nacional Popular (ANP), venceu as eleições para a Assembleia Nacional e Caetano pregava a manutenção das colônias, recusando-se a negociar com os movimentos de independência. Entretanto, mesmo a Ala Liberal tendo se afastado da Assembleia Nacional, manteve os esforços, no sentido de desacreditar a política marcelista.

Os jovens, principalmente universitários, que se sentiam vitimados pela guerra, deram início ao movimento de resistência ao sistema colonial. A Ação Revolucionária Armada (ARA) e as Brigadas Revolucionárias (BR) organizaram ataques não armados, principalmente, contra a logística portuguesa da guerra colonial.

Com o declínio econômico em Portugal, agravado pela continuidade da guerra de libertação e pela crise mundial de 1973, o regime caminhava para o fim. A solução era derrubar a ditadura, ação que coube a oficiais do exército, com apoio dos chefes superiores, organizados clandestinamente, no Movimento das Forças Armadas (MFA), que tinha como lema: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver (os três “D”).

Finalmente, em 25 de abril de 1974, chegou ao fim a ditadura Salazarista, os militares da MFA, com o apoio da população, seguiram rumo à sede do governo em Lisboa. As guarnições militares renderam-se e aliaram-se aos militares da MFA, na chamada *Revolução dos Cravos*.

Foi o fim do regime, numa revolução pacífica e não-sangrenta. Apenas a polícia política ainda resistia. Marcelo Caetano foi deposto e fugiu para o Brasil. O general António de Spínola assumiu a presidência de Portugal e a população saiu às ruas para comemorar o fim da ditadura, distribuindo cravos aos soldados rebeldes, como forma de agradecimento.

Com o fim da ditadura em Portugal, intensificaram-se as lutas pela independência das colônias da África. Em 1974, os portugueses assinaram o “Acordo de Alvor”, reconhecendo a independência de Angola, a partir de 1975.

Diante da incessante luta da FRELIMO, Portugal reconheceu, também, em 1975, a independência da República Popular de Moçambique. Guiné-Bissau teve sua independência assegurada, ainda em 1974, e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em 1975. Esses novos governos declararam a oficialidade da língua



portuguesa e, juntos formaram, em 1979, o grupo dos *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)*.

### Considerações finais

Para o embasamento das nossas reflexões, baseamo-nos em autores que procuram, a partir da história da colonização portuguesa na África, compreender o processo de dominação e exploração das riquezas, a escravização, a imposição/presença da cultura e da língua portuguesa, que culminaram com as guerras de libertação e levaram à independência dos países colonizados.

Durante a elaboração deste artigo, ficou claro que somente é possível compreender os processos de constituição de uma nação, se conhecermos a história, a cultura, os valores e as tradições que o configuram. Foi assim que, partindo de várias leituras sobre a História da Colonização da África, foi possível a composição deste texto.

### Referências

**ANTOLOGIA COLONIAL PORTUGUESA**, Política e Administração. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, v. 1.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REPÚBLICA PORTUGUESA: **Acto Colonial**. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

HENRIQUES, Isabel Castro. **São Tomé e Príncipe: A Invenção de Uma Sociedade**. Lisboa: Veja Editora, 2000.

MALOWIST, Marian. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: **História geral da África, Volume: África do século XVI ao XVIII**. editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

MARTINS, Rocha. **História das Colonias Portuguesas**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

PAGE, Martin. **A Primeira Aldeia Global: Como Portugal Mudou o Mundo**. Lisboa: Casa das Letras, 2009.

[www.cart1525.com/gouveia/estado.pdf](http://www.cart1525.com/gouveia/estado.pdf). Acesso em 25/04/2014.